



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Alexandre Padilha - PT/SP

**EXMO. SR. DR. MINISTRO BENJAMIN ZYMLER DO TRIBUNAL DE
CONTAS DA UNIÃO – TCU**

TC 014.575/2020-5

ALEXANDRE ROCHA PADILHA, brasileiro, médico, casado, deputado federal, titular da cédula de identidade RG n° 173466758, com endereço na Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, gabinete 956, anexo IV, Brasília, vêm a Vossa Excelência, com amparo no artigo 49 inciso X da Constituição da República e art. 1º incisos I e II do Regimento Interno do TCU, expor e ao final requerer o quanto segue.

Na qualidade de ex-ministro da saúde e membro da Comissão Externa da Câmara dos Deputados que discute ações contra o avanço do novo coronavírus, tenho recebido inúmeros relatos e denúncias no que se refere à atuação estatal contra a pandemia da Covid-19.



Muitas delas consigo dar encaminhamento via Legislativo e Judiciário. Outras, exigem o encaminhamento aos Tribunais de Contas, notadamente, aquelas que se relacionam ao controle e transparência dos gastos públicos no enfrentamento à pandemia.

Este r. Tribunal de Contas produziu, sob a relatoria de sua Excelência, o 3º Relatório de Acompanhamento com o objetivo de avaliar a estrutura de governança montada pelo Ministério da Saúde (MS) para o combate à crise gerada pelo novo coronavírus, bem como os atos referentes à execução de despesas públicas pelo MS e suas unidades subordinadas. A medida é imprescindível para a saúde pública no país.

Assim, ciente de que este TCU vinha e vem desempenhado relevantíssimo papel na proteção da saúde na fiscalização do enfrentamento à pandemia, compartilho e colo ao presente texto, matéria publicada pelo jornal Folha de São Paulo¹:

Ministério da Saúde pressiona Manaus e diz ser 'inadmissível' não usar cloroquina contra Covid-19

Enquanto faltam leitos e equipamentos na cidade, pasta faz ronda para difundir 'tratamento precoce'

12.jan.2021 às 9h10

Em meio a uma nova onda de Covid-19, a Prefeitura de Manaus está sendo pressionada pelo Ministério da Saúde do governo Jair Bolsonaro a distribuir remédios sem eficácia comprovada para tratar seus pacientes, como cloroquina e ivermectina.

¹ https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2021/01/ministerio-da-saude-pressiona-manau-e-diz-ser-inadmissivel-nao-usar-cloroquina-contra-covid-19.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa



Além disso, a pasta do ministro Eduardo Pazuello pediu autorização **para fazer uma ronda nas Unidades Básicas de Saúde para encorajar o uso das medicações. A alternativa, não utilizá-las, é tratada como "inadmissível" em documento enviado para a secretaria municipal de Saúde de Manaus (veja abaixo).**

O Painel procurou o Ministério da Saúde na noite desta segunda-feira (11), mas não teve resposta até o momento.

A capital do Amazonas e o estado têm batido recordes de internações e mortes e têm sofrido com a falta de leitos e de equipamentos.

Em ofício encaminhado à Prefeitura de Manaus na sexta-feira (7), o Ministério da Saúde pede autorização para visitar as Unidades Básicas de Saúde destinadas ao tratamento do coronavírus nesta segunda-feira (11) "para que seja difundido e adotado o tratamento precoce como forma de diminuir o número de internamentos e óbitos decorrentes da doença".

"Aproveitamos a oportunidade para ressaltar a comprovação científica sobre o papel das medicações antivirais orientadas pelo Ministério da Saúde, tornando, dessa forma, inadmissível, diante da gravidade da situação de saúde em Manaus a não adoção da referida orientação", continua o ofício.

As medicações que têm sido defendidas pelo governo federal, como cloroquina e ivermectina, não têm eficácia comprovada no tratamento do coronavírus.

Em sua nota informativa 17/2020, que contém "orientações do Ministério da Saúde para manuseio medicamentoso precoce de pacientes com diagnóstico da Covid-19", o governo federal sugere um combinado de cloroquina ou hidroxicloroquina com azitromicina para pacientes com sintomas leves, moderados e graves.

O ofício enviado à Prefeitura de Manaus é assinado por Mayra Pinheiro, secretária de Gestão do Trabalho e da Educação da Saúde. A médica tornou-se conhecida em 2013 por ter hostilizado cubanos que participavam de curso do Mais Médicos. Em 2019, Mayra entrou no governo para cuidar do programa, que mudou de nome.



Em julho de 2020, ela escreveu em suas redes sociais que os governadores e prefeitos de São Paulo, Rio de Janeiro e Ceará eram os responsáveis pelas mortes por coronavírus que aconteceram em suas regiões por impedirem ou dificultarem "o acesso as medicações para tratamento da doença."

O ministro Eduardo Pazuello esteve em Manaus nesta segunda-feira (11) e se encontrou com o prefeito da cidade, David Almeida (Avante), e com o governador do Amazonas Wilson Lima (PSC).

Destinatária do ofício da pasta, Shadia Fraxe, secretária de Saúde de Manaus, diz ao Painel ainda não ter lido o documento, mas que somente distribuirá medicamentos cuja eficácia tenha sido comprovada por estudos científicos e que tenham passado por aprovação dos conselhos regional e federal de medicina.

Ela pondera, no entanto, que entende que as pessoas estejam recorrendo a medicações do tipo em um momento crítico.

"Vivemos uma situação muito diferente em Manaus. Existem muitas pessoas que estão desesperadas querendo tentar de tudo. Não posso tirar isso delas", diz. "Mas essa medicação nem chegou aqui".

"Esses dias têm sido muito difíceis. Nem oxigênio na rede eu estou tendo mais, de tanto que a demanda subiu. As pessoas estão correndo para todos os caminhos", completa.

"Quando falam em 'tratamento precoce' estão falando em hidroxiquina, ivermectina. Não tem como dizer que não. Que tem sido usados por muitas pessoas. A internet bombando com esses estudos", afirma Shadia.

"Confio na ciência", diz Shadia, que esteve com Pazuello nesta segunda (11) e diz que a conversa não passou pelo tema do que o governo federal chama de "tratamento precoce".

Ela diz ter perguntado ao ministro sobre a chegada das vacinas. "A vacinação em massa é a nossa grande saída. Preciso receber essa vacina. Foi o que mais eu pedi".



Ela afirma não ter visto como pressão a iniciativa do governo federal de classificar como "inadmissível" o não uso dos medicamentos e de pedir autorização para visitar as UBSs da cidade, relatada a ela pelo Painel.

No momento em países já começaram o processo de vacinação da sua população² é estarrecedor que o Ministério da Saúde tenha apresentado apenas um arremedo de Plano Nacional de Vacinação, e continua empenhando recursos públicos de grande vulto para oferecer medicamentos que não possuem eficácia científica comprovada contra a COVID-19.

Ou seja, enquanto parte do mundo avança na vacinação de suas populações, por aqui não há vacina, não há logística, não há nada relativo à vacinação de um vírus que já matou mais de 200 mil brasileiros e que causa uma dor incalculável a milhões de famílias brasileiras. Vê-se, - com algumas vacinas disponíveis produzidas por diferentes laboratórios e países - desde logo, que não apenas era falsa a dicotomia entre Economia x Vidas propagada no início pelo chefe do Poder Executivo, como mero recurso retórico para o exercício efetivo de uma necropolítica.

Causa ainda mais espécie a notícia, quando se constata que em várias regiões do Brasil houve um aumento preocupante desde dezembro no número de infectados, vejamos³:

Números mostram piora da Covid na maior parte do país e desmentem Bolsonaro

² <https://veja.abril.com.br/saude/os-paises-que-ja-comecaram-a-vacinar-contra-a-covid-19/>

³ <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/12/numeros-mostram-piora-da-covid-na-maior-parte-do-pais-e-desmentem-bolsonaro.shtml>



Das 27 unidades da federação, 20 estão em estágio pior do que há um mês, mostra monitor da Folha

o

10.dez.2020 às 23h15

Leonardo Diegues Diana Yukari Fábio Takahashi

SÃO PAULO

Em um momento em que 20 unidades da Federação estão numa situação da Covid-19 pior do que há quatro semanas, o presidente Jair Bolsonaro ignorou dados e afirmou nesta quinta (10) que o Brasil vive "um finalzinho de pandemia".

"Estamos vivendo um finalzinho de pandemia", disse Bolsonaro durante evento em Porto Alegre para inaugurar uma ponte. "Nosso governo, levando em conta outros países do mundo, foi o que melhor se saiu no tocante a economia. Prestamos todos apoios possíveis a estados e municípios", completou.

A afirmação do presidente não é corroborada pelos números.

A reportagem comparou a classificação dos estados e do Distrito Federal nesta quinta com o estágio registrado no meio de novembro no Monitor de Aceleração da Covid-19 da Folha. Não pioraram no período apenas seis estados (Amazonas, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Piauí e Roraima).

Mesmo assim, eles estão com crescimento no número de casos e podem regredir na classificação nos próximos dias.

A questão aqui trazida guarda relação direta com a presente Tomada de Contas em epígrafe na medida em que a realização de rondas de fiscalização e a chantagem para que municípios apliquem medicamentos cuja eficácia não é comprovada, se contrasta com a ausência de um Plano Nacional de Vacinação efetivo e sério, ausência de vacinas e seringas, preparação de logística entre outros, que a vacinação em um país de dimensões continentais exige.

Inadmissível tamanha irresponsabilidade com os recursos públicos. Deste modo, requiro a vossa Excelência abertura de



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Alexandre Padilha - PT/SP

procedimento para apuração dos fatos aqui relatados, com a devida responsabilização dos gestores envolvidos.

Requer, outrossim, providência cautelar deste Tribunal de Contas para que o Ministério da Saúde se abstenha de fazer essa recomendação a Estados e municípios, bem como as chamadas “rondas de fiscalização”.

Brasília, 11 de janeiro de 2021.
Atenciosamente,

ALEXANDRE PADILHA
Deputado Federal PT/SP